

## EDIÇÃO ESPECIAL: Conjuntura das eleições municipais em Belo Horizonte

Com o propósito de oferecer uma análise sobre os eventos que adquirem relevância política na região de influência da capital mineira, esta edição de *Contextus* se dedica a compreender as movimentações que vêm sendo feitas, no âmbito dos partidos políticos, para disputar as próximas eleições.

Faz-se aqui o esforço para compreender a multiplicidade dos fatos políticos, procurando perceber suas ramificações e conexões. O presente texto deve ser recebido como a leitura de um tema que está em pleno movimento, sujeito, portanto, a súbitas mudanças de rumo. Nesse sentido, pretende-se que esta edição demarque o ponto de partida para análises futuras, nas quais serão atualizadas e discutidas as notícias sobre o embate eleitoral que ocorrerá em 2016.

Constata-se que, a mais de um ano das eleições municipais, os partidos já se mobilizam para uma disputa que se reveste de importância por trazer, potencialmente, consequências para o projeto de poder de cada um deles. Na imprensa, desde janeiro o assunto vem sendo tematizado e não faltam especulações quanto aos possíveis candidatos.

Neste momento, já são citados cerca de quinze candidatos prováveis, pertencentes a nove partidos diferentes, mas não há nomes naturais ou favoritos na eleição para prefeito de Belo Horizonte em 2016. Já está claro que haverá uma intensa disputa entre as principais lideranças políticas estaduais, pois a vitória na capital mineira se torna estratégica para a disputa de 2018 pela renovação do governo do estado e até a definição do sucessor na presidência da República.

Embora muitas variáveis tenham de ser consideradas, pode-se avaliar, desde já, o papel que essas eleições terão sobretudo para as duas principais forças políticas no estado: o PT e o PSDB. Na falta de outros nomes que motivem especialmente o eleitor, mesmo não sendo apenas esses os partidos com potencial eleitoral para ganhar em 2016, não está descartado que uma reedição do modelo bipolar de disputa possa se dar. A polarização entre esses dois partidos em Belo Horizonte – assim como no país – se arrasta há décadas.

Apenas a disputa municipal que conduziu, pela primeira vez, Marcio Lacerda ao Executivo municipal poderia ser considerada uma interrupção desse confronto. Em 2008, uma aliança vista por muitos como extravagante, uniu o PT de Fernando Pimentel e o PSDB de Aécio Neves em torno de um mesmo candidato. Nem todos, porém, consideram que esse episódio seria uma exceção por vê-lo como resultado de uma decisão tomada pela cúpula dos dois partidos. Em particular no PT, parte da militância ainda hoje se ressentem por ter sido relutantemente arrastada para aquela coalizão protagonizada por Pimentel.

Quem defende essa perspectiva de análise diz que Pimentel teria pagado caro por essa aproximação aos tucanos, julgada por tais vozes como excessiva. Afirmam isso porque o preço pago pelo PT em consequência do apoio dado a Lacerda teria sido sua exclusão do poder na capital mineira, onde se instalara desde 1992, pela eleição de Patrus Ananias. Independentemente dessa interpretação, o fato que resta é que, desde então, ambos foram incapazes de um novo alinhamento,

permanecendo sempre em lados opostos da disputa. Fora do poder municipal desde 2012, interessa aos petistas agora recuperar a capital.

Pelo lado do PSDB, há um desejo de vencer em Belo Horizonte para recuperar sua base política em Minas Gerais, abalada após a votação obtida por Aécio Neves como candidato a presidente da República. Desde o fim do segundo turno ocorrido no ano passado, há quase um consenso entre os analistas políticos em afirmar que houve uma derrota para Aécio em Minas Gerais. Os tucanos esperavam que seu candidato saísse daqui com um vantagem expressiva, capaz de compensar votações menores já esperadas no Norte e no Nordeste e isso não ocorreu. Temendo uma reedição da guerra eleitoral a que se assistiu em 2014, muitos já começam a defender a necessidade de uma terceira via, daí o numeroso grupo de pessoas já aventadas como candidatos potenciais.

Há três líderes políticos mineiros que terão um papel central na definição das candidaturas em Belo Horizonte. Um deles é o atual prefeito Marcio Lacerda (PSB) que, exercendo seu segundo mandato, está impedido de disputar ele próprio a eleição, mas que deve tentar manter seu protagonismo na condução do processo de definição do seu sucessor. O outro é o senador Aécio Neves (PSDB), que disputou a eleição presidencial no ano passado e, embora tenha perdido no estado, obteve significativa maioria na preferência dos eleitores da capital. Outra influência importante é Fernando Pimentel (PT), sendo ele próprio ex-prefeito da capital, de onde saiu com alta aprovação, recentemente eleito governador do estado em primeiro turno com expressiva votação.

Cada um desses três líderes tem seus próprios empecilhos a serem enfrentados e forças diversas em seus próprios partidos e aliados potenciais, que podem oferecer certas vantagens competitivas. O fato de que se possa nomear pragmaticamente as pessoas

que serão as principais responsáveis pelas decisões de candidaturas mostra, primeiramente, o nível de personalismo atingido pela política mineira, que ainda parece estruturar-se em torno de lideranças, a exemplo do que ocorria em épocas mais remotas na política local. Outra questão é a verticalização do processo decisório dentro dos partidos políticos que os torna elitistas e pouco permeáveis a práticas efetivamente democráticas.

Outra análise é possível quando se lança um olhar que não seja focado apenas no topo das hierarquias políticas ou nas grandes articulações. Observa-se, então, o varejo dos numerosos partidos políticos que pretendem tomar parte na disputa. Em tal perspectiva, parece que estão se delineando quatro campos de onde devem surgir os candidatos, que, eventualmente podem apresentar candidaturas avulsas ou coligar-se já no primeiro turno. O primeiro grupo é formado pelos partidos que ocupam os principais cargos no governo de Marcio Lacerda: PSB, PV, PPS, PSDB e seus aliados já tradicionais, como o DEM e outros partidos ainda menores.

O segundo campo é composto pelos partidos da base de apoio do governador Fernando Pimentel, em particular seus aliados mais próximos: PT, PMDB, PROS e PC do B. Haveria outros a serem postos nessa lista, como é o caso do PSD que trocou recentemente de direção estadual para garantir a afinidade com o governo petista.

No entanto, os partidos têm oscilado na hora de dar apoio, pendendo para a parte que lhes oferece maiores conveniências. Em tais casos, só com o passar do tempo será possível dizer como eles vão se comportar.

Há um terceiro campo formado por partidos menores, que apoiaram Marcio Lacerda, mas que postulam candidaturas próprias e se propõem a constituir outra via, fora da polarização entre PT e PSDB. Poderiam ser colocados nesse grupo: PR, PRP, PSDC, PTB e PTN. Análises a respeito desse grupo têm considerado que, na verdade, o lançamento de pré-

candidaturas seria, para os partidos que o compõem, meramente tático. Seu verdadeiro objetivo seria pleitear, em melhores condições, um lugar como vice de um candidato mais forte, preferentemente ao lado de Marcio Lacerda e Aécio Neves, mas não se exclui a possibilidade de que venham a pender para o campo ligado ao governador Fernando Pimentel.

Finalmente, o quarto espectro é formado pelos pequenos partidos que se colocam à

### O campo de alianças do PSB

Em razão da conjunção de forças ocorrida em 2014, parece não haver dúvidas de que Aécio e Lacerda estarão no mesmo campo da disputa como aliados, mesmo que eventualmente isso venha a ocorrer apenas no segundo turno. Chegou a ser aventada na imprensa a possibilidade de que PT e PSB se unissem de modo a isolar o PSDB. No entanto, atualmente Marcio Lacerda é presidente estadual do PSB e, mesmo antes de assumir tal posição, no ano passado, já havia dado demonstração de que sua relação com Aécio Neves é firme.

Lacerda jamais escondeu sua simpatia pelos tucanos, de quem sempre dependeu política e ideologicamente. Nas eleições de 2014, teve que enfrentar a situação incômoda de declarar apoio ao candidato do PSDB quando seu partido tinha candidatura própria. Sua permanência no PSB, no ano passado, esteve ameaçada. No entanto, em certo sentido, Lacerda tem maior valor para o PSDB estando no PSB. Para os tucanos, ter Lacerda nesse posto significa ter um aliado e, ao mesmo tempo, manter sob controle um grupo de interesses importante no estado. Nas eleições passadas, ainda que o resultado não lhe tenha sido favorável, o PSB representou a terceira força política em Minas Gerais.

Lacerda tem declarado que há um acordo com o PSDB para atuar em conjunto nas elei-

esquerda. Embora legitimados pela ação junto a movimentos sociais, são partidos que vêm obtendo percentuais insuficientes para conduzi-los aos cargos majoritários que disputam. Colocam-se nesse campo partidos como: PSOL, PSTU e PCO.

Dentre os 31 partidos existentes hoje, esses são os campos que se podem identificar. Os partidos pequenos não nomeados nessa relação devem se distribuir em um desses quatro campos.

ções municipais. Na verdade esse acordo foi firmado com Aécio Neves em abril de 2014, quando Marcio Lacerda passou a apoiar o candidato Pimenta da Veiga (PSDB) ao governo do estado, em troca da possibilidade de conduzir a sucessão municipal em 2016 e de disputar uma vaga no Senado, nas eleições de 2018, com o apoio de Aécio Neves.

O problema para Lacerda, porém, é que Júlio Delgado, que esteve na presidência da legenda até recentemente, tinha manifestado o desejo de continuar na direção do partido. Segundo Delgado, o PSB deveria lançar candidatura e ele mesmo já se apresentava como um possível candidato. Essa disputa entre Júlio Delgado e Márcio Lacerda se estendeu pelo menos até o mês de maio.

A discussão que vinha ocorrendo, no plano nacional, visando à fusão entre o PSB e o PPS traria vantagem para Lacerda. A união com um partido que apoia sua gestão à frente da Prefeitura aumentaria o controle de Lacerda sobre o novo partido aqui no estado. Isso poderia ampliar também a sua influência sobre os rumos da eleição de seu sucessor em 2016. Marcio Lacerda ganharia força na disputa interna em detrimento de Júlio Delgado.

Na prática, o PSB incorporaria o PPS. O primeiro deteria a maior parte dos cargos e o partido resultante da fusão preservaria o

número 40, com o qual o PSB disputa eleições. O recuo se deve ao fato de que, na reforma política conduzida por Eduardo Cunha na Câmara dos Deputados, foi mantida a possibilidade de que partidos façam coligações para disputar eleições. Para entrar em vigor, a medida ainda depende de votação no Senado, mas enquanto não houver proibição das coligações, talvez não haja mais motivo para reduzir os dois partidos a um só.

Pelo menos para o projeto político pessoal de Marcio Lacerda, parece que também do ponto de vista tático essa fusão perdeu importância. No mês de junho, por meio de uma intervenção do diretório nacional no PSB mineiro, Lacerda foi alçado à posição de presidente estadual da legenda, ao mesmo tempo em que Júlio Delgado era destituído do cargo. A este último foi oferecida a vice-presidência, mas ele a recusou, preferindo indicar um terceiro para ocupar a vaga.

Marcio Lacerda tem o desafio de mostrar que, depois de dois mandatos à frente da prefeitura de Belo Horizonte, tornou-se uma liderança política reconhecida no estado. Na primeira vez em que foi eleito, Lacerda foi apadrinhado por Aécio Neves e por Fernando Pimentel. Avaliava-se então que ele teria sido incapaz de conseguir, por si só, o desempenho de que necessitava nas urnas.

Além de demonstrar que conquistou autonomia política, Lacerda deve encontrar alguém que o represente. Tal candidato poderá beneficiar-se das realizações da gestão atual na Prefeitura, bem como defendê-la das críticas que virão. Talvez uma das principais acusações a serem enfrentadas por Marcio Lacerda é a de que ele saberia das falhas no projeto do Viaduto Batalha dos Guararapes. Embora ele não tenha sido incluído na lista de 19 indiciados pela Polícia Civil, o Ministério Público de Minas Gerais deve apurar se houve responsabilidade do prefeito no referido caso. Seja como for, é provável que esse tema seja incluído na pauta, principal-

mente se algum candidato apoiado por Lacerda se mostrar eleitoralmente viável.

A questão é que dificilmente Lacerda encontrará um nome que permita ao PSB enfrentar, sozinho, os demais no embate de 2016. Embora já tenha anunciado a intenção de ter um candidato de seu partido e, eventualmente, fazer aliança para um segundo turno, é bastante possível que ele acabe buscando uma coalizão já no início.

Excetuando-se o caso do PSDB, que deve ser analisado separadamente por causa das suas especificidades, entre os partidos que apoiam Marcio Lacerda e vislumbram a possibilidade de lançar um candidato comum, há vários nomes na disputa. Um deles é o atual vice-prefeito, Délio Malheiros (PV). Inicialmente, Malheiros era alinhado com o PT e fazia oposição a Marcio Lacerda. A partir de 2012, Malheiros aliou-se a Lacerda e renunciou à candidatura própria para entrar na chapa como vice. O preço colocado para essa desistência seria lançar-se como candidato em 2016. Não é improvável que ele volte a abrir mão de ser o titular, caso isso se torne relevante nas negociações com outros partidos, em particular com o PSDB. Afinal sua candidatura parece depender, em grande medida, de ele conseguir o apoio do senador Aécio Neves.

Outro nome que tem sido mencionado na mídia é o atual secretário de obras em Belo Horizonte, Josué Valadão. Na reforma administrativa feita por Lacerda em janeiro de 2015, Valadão foi deslocado da Secretaria de Governo para dar lugar à então deputada Luzia Ferreira (PPS). Há quem veja já nessa mudança do início do ano um movimento feito pelo prefeito com vistas a conseguir o apoio do PPS para seu pré-candidato. Por enquanto, trata-se apenas de uma hipótese que ainda carece de ser validada pelos fatos. Em outras análises, Luzia Ferreira que, posteriormente, mudou novamente seu cargo, assumindo a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, também poderia se tornar candidata

ou então entrar na composição da chapa como vice.

Contudo, há outros candidatos que, mesmo sendo da base aliada de Lacerda, postulam candidaturas próprias. É difícil prever à distância de cerca de um ano da oficialização das chapas até que ponto essas candidaturas vão se instalar. É comum que políticos anunciem a intenção de se candidatar apenas como teste avaliando se conseguiriam o apoio necessário e para verificar como os eleitores reagem ao seu nome. Outra razão para fazerem esse lançamento com tanta antecedência é se colocar em melhores condições para a barganha de apoio no grupo de aliados,

### Perspectivas eleitorais no campo do PSDB

No seu último dia como presidente estadual do PSDB, o deputado federal Marcus Pestana declarou já ser uma decisão tomada que os tucanos terão candidatura própria. Além disso, também já estaria definido que, depois de ter apoiado o prefeito Marcio Lacerda (PSB) em suas duas disputas pela Prefeitura de Belo Horizonte, em 2008 e em 2012, agora o PSDB espera contar com o apoio dele. Segundo Pestana, em 2018, Marcio Lacerda poderia ser candidato, com apoio do PSDB, ao governo de Minas ou ao Senado.

O otimismo com que o PSDB se lança para a disputa de 2016 se basearia no fato de que, entre 2002 e 2010, esse partido foi vitorioso nas eleições para governador, considerando-se a votação obtida na capital. Em 2014, embora tenha perdido o governo do estado, seu candidato à Presidência da República obteve 64,27% dos votos, contra 35,73% alcançados por Dilma Rousseff em Belo Horizonte.

Se essa ascendência sobre o eleitorado da capital é a sua força, o PSDB ainda conta com a fraqueza que eles atribuem a seu principal adversário. Os tucanos comemoram um antipetismo que eles consideram crescente.

visando a um melhor posicionamento na chapa.

Com esse perfil apresenta-se a candidatura do presidente da Câmara Municipal, o vereador Wellington Magalhães (PTN). Nas declarações feitas à imprensa local, Magalhães diz pretender formar uma terceira via que não seja imposta, mas construída. Ele supostamente estaria falando em nome de outras legendas como o PSDC, o PRP e o PR. Também o deputado federal Eros Biondini (PTB) é pré-candidato. Foi vice na chapa derrotada de Leonardo Quintão (PMDB) nas eleições de 2008. No pleito seguinte, deixou de ser candidato para dar apoio à reeleição de Marcio Lacerda.

Apostam que até 2016 o PT não terá conseguido se recuperar do desgaste que vem sofrendo com os casos de corrupção, em particular frente às acusações pelos desvios ocorridos na Petrobrás.

A aposta é temerária, pois não há indicadores de que a insatisfação de parte da população contra o PT venha se convertendo em benefício para a oposição. Ao contrário, os números disponíveis apontam para um descrédito das instituições políticas. Não parece que algum partido esteja conseguindo atrair para si os descontentes e indignados.

O fato é que os tucanos não têm, neste momento, um nome cuja candidatura seja natural, isto é, que já seja conhecido e goze de uma boa aceitação junto ao eleitorado. Como o mesmo pode ser dito a respeito de todos os partidos adversários, essa é uma fragilidade que se anula pela própria inconsistência dos demais.

Aventou-se a possibilidade de lançarem o senador Anastasia como candidato. Ele é lembrado como um dos mais proeminentes entre seus pares. Além da experiência adquirida como governador, foi um dos encarrega-

dos da elaboração do plano de governo de Aécio Neves na eleição passada e é um dos coordenadores da implantação do chamado “choque de gestão” no estado. No entanto, Anastasia precisa resolver o problema representado pela inclusão de seu nome na lista de acusados por envolvimento no caso “Lava Jato”. O Supremo Tribunal Federal ainda se se pronunciará sobre a denúncia, podendo aceitá-la ou recusá-la. Enquanto isso não ocorre, a potencialidade de Anastasia como candidato é discutível.

Entre os outros nomes que vêm sendo mencionados está o candidato derrotado na disputa pelo governo do estado no ano passado, Pimenta da Veiga, mas este já teria declarado que não entrará nessa disputa. Outro candidato possível é o deputado estadual João Leite, embora já tenha disputado a prefeitura em 2004. Naquela época, foi derrotado, no primeiro turno, por Fernando Pimentel que buscava reeleger-se. João Leite conta, portanto, com alguma experiência, resta saber se conseguiria apoio suficiente dentro de seu partido.

Fala-se também que o deputado federal Rodrigo de Castro e o deputado estadual João Vitor Xavier teriam possibilidade de se apresentarem como candidatos. Este último foi um dos mais bem votados para deputado estadual em Belo Horizonte. Eleito vereador em 2008, desempenhou a função de vice-líder do governo na Câmara municipal. Em algumas análises publicadas na imprensa mineira, ele é visto como um dos pré-candidatos com maior chance de vingar.

## A situação do Partido Progressista nas movimentações pré-eleitorais

O Partido Progressista (PP) é mais um dos que já declararam interesse na disputa pela capital mineira. Nos últimos anos, este tem sido um dos aliados do PSDB na política no estado. Ainda em maio, a direção nacional do PP lançou o ex-governador Alberto Pinto

Para o PSDB, as eleições de 2018 seriam um momento importante para tentar recuperar o espaço político que perdeu junto com o controle sobre o governo estadual, depois de ter frequentado o poder por doze anos. Resta-lhe agora, aliando-se com Marcio Lacerda, construir um nome de consenso que atenda também a seus demais aliados. Seu maior objetivo é conseguir um candidato que esteja à altura para enfrentar o nome indicado pela possível aliança entre PT e PMDB, que já foi vitoriosa em 2014.

Como discurso de campanha, o PSDB deve apostar nas críticas à gestão petista tanto no plano nacional como estadual, tentando demonstrar o fracasso do “modo petista de governar”. Terá de enfrentar também as críticas ao “choque de gestão”, implementado e amplamente divulgado pela propaganda oficial enquanto governava Minas. Na campanha, possivelmente o PSDB terá de responder à acusação feita por seus opositores, segundo a qual esse partido encerrou seu mandato à frente do governo mineiro, deixando os cofres estaduais com um rombo de bilhões de reais.

Presente na convenção estadual do PSDB, ocorrida em junho, Marcio Lacerda, recentemente empossado na presidência do PSB, reafirmou seu interesse em manter essa aliança com os tucanos. Ao mesmo tempo, diz que o papel de cada um dos partidos na chapa ainda deve ser discutido. Segundo Lacerda, o PSB pode decidir lançar candidatura própria em 2016, deixando para se unir ao PSDB apenas no segundo turno.

Coelho como pré-candidato a prefeito de Belo Horizonte, mas ele ainda deve tratar de conseguir, entre os aliados, apoio a sua candidatura.

No entanto, esse posicionamento da direção do PP deixa descontente o ex-presidente



da Assembleia Legislativa Dinis Pinheiro (PP). Para ele, a conquista da prefeitura da capital é uma questão de sobrevivência política, visto que os espaços que antes ele poderia disputar, agora são ocupados por seus próprios parentes. Ele tem um irmão deputado federal, sua irmã é deputada estadual e tem ainda um sobrinho que é prefeito de Ibitaré. Como perdeu a eleição passada, em que disputava o cargo de vice-governador ao lado de Pimenta da Veiga (PSDB), está sem cargo eletivo. Isso reduz sua visibilidade política. Participar da eleição de 2016 é uma maneira de manter-se ativo em vista de uma eventual disputa para governador ou senador em 2018.

Dentro do PP, o espaço de Dinis Pinheiro está bastante limitado, frente à aparente preferência partidária por Alberto Pinto Coelho. Sua migração para esse partido foi bas-

tante conjuntural. Ele era do PSDB, mas filiou-se ao PP para facilitar a costura da aliança necessária à formação da chapa para governador no ano passado. No momento, há notícias de que Dinis mantém contato com diferentes partidos, procurando construir sua mudança de legenda em condições de disputar a eleição em 2016.

O Partido Progressista deve encontrar, antes das eleições, uma forma de minimizar o dano sofrido pela investigação dos casos de corrupção na Petrobrás. A imagem do Partido dos Trabalhadores parece estar mais desgastada, porque a mídia tem dado maior visibilidade ao suposto envolvimento de petistas na corrupção. Contudo, grande parte dos acusados é do PP. Caso esse partido lance candidato e venha a ter condições de chegar à vitória, provavelmente os adversários tratarão de colocar na mesa esse argumento.

## Indefinições no PMDB

A movimentação do PMDB para disputar as eleições do próximo ano começou ainda nos primeiros meses de 2015. Estão sendo realizadas dezesseis reuniões regionais com o objetivo de preparar o partido para que saia fortalecido das urnas em 2016. No entanto, durante a campanha das eleições municipais, o PMDB deverá passar pela disputa interna, na qual será definido o novo comando partidário.

As convenções municipais ocorrerão em agosto e a estadual, em outubro. A julgar pelo que tem sido noticiado na imprensa, há uma tendência a se priorizar deputados estaduais e federais na escolha da direção partidária, tanto na esfera estadual como nos municípios. Antes que cheguem essas convenções, a sequência de encontros estaduais constitui um espaço importante para a disputa pelo controle interno do partido, com desdobramentos posteriores na definição dos

nomes e das táticas a serem adotadas na sucessão municipal.

Em 5 de outubro de 2015 – a um ano da data do primeiro turno das próximas eleições – encerra-se o prazo de filiação a um partido político para aqueles que desejam ser candidatos. Em razão disso, no PMDB, esses encontros regionais também cumprem a função de uma campanha para atrair novos filiados, de modo especial políticos já reconhecidos e que queiram mudar de partido, esperando encontrar na nova legenda condições melhores para se eleger ou reeleger.

No presente momento, destacam-se dois nomes entre os mais importantes na condução do PMDB. O primeiro deles é Antônio Andrade, que é o vice-governador e atual presidente estadual da legenda. O segundo é Adalclever Lopes, presidente da Assembleia Legislativa. Ao lado de seu pai – o deputado

federal Mauro Lopes – Adalclever ocupa um papel relevante no controle partidário.

Contudo, um terceiro nome que aparece nessa disputa é Zaire Rezende que lançou sua candidatura a presidente da legenda. Ele reúne parte da base do PMDB insatisfeita com a maneira como Antônio Andrade tem conduzido o partido. Há, por exemplo, uma inquietação contra o (acima mencionado) favorecimento dos interesses das bancadas estaduais e federais nas decisões políticas do partido, em detrimento dos diretórios municipais e regionais.

De fato, as notícias que vêm sendo divulgadas permitem inferir que Antônio Andrade vem fortalecendo suas relações com as bancadas no Legislativo estadual e federal e mantendo um duro controle das dissidências nos diretórios locais. Ele tem atendido os parlamentares em seus pleitos junto ao governo do estado, na mesma medida em que estaria destituindo diretórios municipais que discordaram da aliança com o PT em 2014. Há quem diga que, desde a eleição passada, a executiva estadual só teria se reunido para extinguir diretórios. O próprio Zaire teria sido punido por sua inconformidade com a proposta de Andrade sobre a coligação: ele foi destituído da presidência da Fundação Ulysses Guimarães, que pertence ao PMDB.

Zaire se identifica com o grupo “histórico” e “programático” (em oposição a outros que seriam meramente “pragmáticos”). Zaire Rezende representaria também aqueles que se sentiram desrespeitados pela direção estadual. Muitas vezes discordantes se dizem massacradas pelo grupo detentor do poder, favorável à coligação com o PT. Os opositores reclamam de que o partido vem sendo conduzido por um grupo minoritário que não ouve as bases partidárias.

Na análise política divulgada na imprensa, Zaire não vem sendo considerado como um opositor à aliança em si, mas seria contrário ao modo como ela foi conduzida. Apesar da força reduzida com que Zaire contaria neste

momento inicial, são tantos os interesses em disputa dentro do PMDB que não é razoável arriscar uma previsão do resultado dessa polêmica antes de outubro.

Embora no meio do caminho se encontre o pleito de 2016, o partido já tem o olhar fixado na eleição de 2018. Se Antônio Andrade for reeleito, é possível que se renove a aliança com o PT, se Pimentel decidir candidatar-se à reeleição. Vencendo Zaire, é possível que o PMDB mineiro comece a caminhar na direção, já esboçada pelo partido no plano nacional, de ter candidatura própria inclusive para presidente da República em 2018. A cerca de três anos de distância, tudo ainda está em aberto, mas certas tendências parecem já estar se delineando.

No que diz respeito especificamente às eleições municipais de 2016, desde o primeiro dos encontros, o PMDB já deixou claro que pretende disputar as eleições em cerca de quinhentos municípios mineiros. Entre eles, a capital é o objeto de maior atenção. Avalia-se que o partido está esvaziado em Belo Horizonte onde dispõe atualmente de apenas um vereador. Alguns dizem que isso seria resultado do fato de que o PMDB tem se mantido em aliança com o PT nas últimas eleições. Caso não haja mudança nessa disposição, o partido viria a exigir, em 2016, a indicação do candidato a prefeito, restando ao PT, possivelmente, a vaga de vice.

Para o presidente do PMDB Antônio Andrade, essa decisão não deve representar ruptura com o PT. Ambos os partidos poderiam, segundo ele, ter cada qual seu candidato independentemente, mas, havendo composição, ele diz esperar dos petistas o apoio ao candidato do PMDB.

Entre as opções do PMDB está o deputado federal Leonardo Quintão. Em 2008, ele chegou ao segundo turno na eleição para prefeito da capital, com apenas 2% a menos do que Márcio Lacerda, para quem acabou perdendo no segundo turno. Outros nomes, porém, vêm sendo cogitados, como os deputados



federais Laudívio Carvalho e Saraiva Felipe, além do deputado estadual Sávio Souza Cruz, atual secretário do meio ambiente no governo de Fernando Pimentel. Outro possível candidato que tem sido mencionado é Josué Gomes da Silva, que teve uma expressiva votação para senador em 2014.

No entanto, a defesa de candidatura própria não é a única voz que se faz ouvir. O deputado estadual Cabo Júlio, integrante da

direção estadual do partido, declarou recentemente que o PMDB não lançará candidato próprio a menos que haja um nome forte. A afirmação de que o PMDB não entraria em “aventuras” mostra que o partido se mostra ainda bastante indefinido. Há possibilidade de ter candidatura própria, mas não será estranho se a decisão final tomar rumo diferente.

## Negociações no Partido dos Trabalhadores

A julgar pelas informações que vêm sendo divulgadas, o Partido dos Trabalhadores, do governador Fernando Pimentel, pretende reeditar a coligação que o conduziu ao governo em 2014. Essa aliança inclui, além do PC do B, do PRB e do PROS, também o PMDB que, no ano passado formou a chapa indicando o vice-governador. Prevalendo essa intenção, esses partidos lançariam, já em primeiro turno, um candidato único.

Embora nenhum dos partidos citados nesta seção tenha um nome natural, isto é, que seja identificado pelo eleitor como um provável candidato, para eles é fundamental vencer as eleições em Belo Horizonte no próximo ano. Avalia-se que essa vitória será essencial para o projeto de se manterem no poder aqui no estado em 2018.

Contudo, além dos aspectos já analisados acima, deve-se considerar que o apoio do PMDB ainda depende de definições nacionais, que podem abalar os destinos do partido aqui em Minas. O PMDB vive hoje uma disputa acirrada entre o vice-presidente da República, Michel Temer, e o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. O primeiro defende a continuidade da aliança com o PT. O segundo é mais propenso a apoiar o PSDB. A depender de quem vença a convenção nacional, que ocorrerá no final de 2015, os rumos do partido podem mudar.

Não é impossível que uma mudança no plano nacional venha a fortalecer aqueles que se opõem à manutenção da aliança com os petistas, preconizada pelo atual presidente estadual, Antônio Andrade.

Após de vários anos de domínio tucano, Fernando Pimentel (PT) inicia seu mandato como governador e tem todo o interesse de demonstrar o sucesso de sua gestão. Daí a necessidade de que ele encontre um candidato à Prefeitura de Belo Horizonte que seja capaz de fazer a defesa do governo e ressaltar as virtudes que ele atribui ao “modo petista de governar”. O próprio fato de que Fernando Pimentel tenha sido eleito em primeiro turno dois anos antes do pleito municipal pode constituir um elemento de força do PT.

No entanto, se a eleição ocorresse hoje, um problema fundamental teria de ser enfrentado pelo candidato que viesse a representar o Partido dos Trabalhadores. Trata-se do “antipetismo” que vem sendo pautado pela mídia e pela associação que se faz entre o nome desse partido e a corrupção e, em particular, ao escândalo na Petrobrás.

É preciso considerar, contudo, que nem mesmo esse “antipetismo” pode ser considerado uma condenação ao fracasso para o Partido dos Trabalhadores. Uma pesquisa feita pelo instituto Vox Populi sugere que

apenas 12% “detestam o PT”. Isso significa que aproximadamente 90% da população brasileira ou é indiferente ou é simpática a esse partido. Há variações geográficas e econômicas nos resultados apontados pelo referido instituto. Entretanto, não parece ter havido uma mudança nos números que tradicionalmente existiram desde a emergência do PT no cenário nacional.

Sendo corretos os dados apresentados, não seria coerente apoiar uma estratégia de campanha sobre a existência do “antipetismo”. Isso valeria tanto para o próprio PT como para seus adversários. Não obstante a persistente e massiva campanha que vem sendo conduzida contra o partido do governo na mídia, não se poderia afirmar que há uma predisposição majoritária entre os eleitores nem favorável e nem contrária aos candidatos desse partido.

Em um momento de retração na economia, vem se fortalecendo um discurso que cria uma percepção de crise no país. Na verdade, em situações como essa pela qual o Brasil está atravessando, a expectativa de existência de uma crise é tão importante quanto os dados de fato, pois cria-se um clima em que, mesmo notícias positivas, costumam ser recebidas como se fossem indicativas de ameaças. Portanto, também a conjuntura econômica e política nacional se convertem em um problema a mais a ser enfrentado pela candidatura petista, associada a tudo que vem sendo apresentado como uma falência do governo federal.

Até mesmo por causa desse ambiente, tem se levantado a hipótese de que Fernando Pimentel possa dar prioridade a sua reeleição em 2018, deixando em segundo plano a sucessão na Prefeitura de Belo Horizonte. Nesse caso, mantendo a aliança atual, o PT apoiaria um nome do PMDB e indicaria o vice na disputa municipal.

Essa possibilidade aparece como remota, a se julgar pelo clima no encontro estadual dos petistas ocorrido em fins de maio. Esse

encontro contou com a presença do governador Fernando Pimentel, do presidente nacional da legenda Rui Falcão e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Foi considerado uma espécie de largada eleitoral. O PT parte de dois postulados para sua entrada na campanha: o primeiro supõe que o escândalo que veio à tona com a operação “Lava Jato”, da Polícia Federal, não trará repercussões eleitorais; o segundo, que a imagem positiva do governo Pimentel poderá ser mais definidora para o resultado do que o desempenho crítico enfrentado pelo governo federal.

É preciso, contudo, considerar que se a Operação Acrônimo, da Polícia Federal, constatar o eventual envolvimento de Fernando Pimentel em atos de corrupção eleitoral todo esse cenário deverá ser reavaliado. No mês de junho, a Polícia Federal pediu autorização ao Superior Tribunal de Justiça para investigá-lo. Obtida tal permissão, passaria a ser objeto de apuração o possível envolvimento do governador em atos de lavagem de dinheiro e ocultação de bens. Pesaria ainda sobre ele a acusação de irregularidades em suas contas de campanha.

Por outro lado, considerando todo o estado, existe a aposta de que este seria um momento favorável para o PT e seus aliados aumentarem o número de prefeituras que eles governam, graças ao fato de se ter o governador e a presidente da República petistas. Tal otimismo se baseia na crença de que o fato de se ter, na legenda, o ocupante do Poder Executivo, provoca aumento da força política. Além de estar no controle de diversas secretarias de Estado, o PT e seus aliados mais próximos controlam parcela importante do Poder Legislativo. A estratégia é tirar proveito dessa situação para aumentar o número de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores nas cidades mineiras.

Pode-se dizer que essa decisão é estratégica porque está diretamente ligada ao projeto petista de se manter no poder por vários

anos. Tal resultado será, porém, pouco provável se não se ocupar espaço no interior do estado. Esse objetivo parece encontrar forte consonância com a proposta feita por Pimentel, desde a campanha, de fazer um governo descentralizado. Sob essa perspectiva, objetivos do governo e objetivos do partido parecem se entrecruzar.

Em 2018, pode estar em jogo bem mais do que a reeleição do governador. Caso o ex-presidente Lula não se decida a disputar a eleição presidencial, Fernando Pimentel é um nome a ser considerado também para esse cargo, aproveitando-se do fato de que, atualmente, os petistas de São Paulo não teriam uma candidatura natural.

Em se tratando especificamente da eleição em Belo Horizonte de 2016, até agora, um nome tem emergido com mais força entre os petistas. Trata-se do secretário de ciência e tecnologia no governo de Fernando Pimentel, o deputado reeleito Miguel Corrêa. Em 2012, ele chegou a ser eleito internamente no seu partido para compor a chapa como vice de Marcio Lacerda. Isso acabou não ocorrendo quando houve a ruptura entre PT e PSB.

No entanto, há outros nomes circulando dentro do PT. Mencionam-se, por exemplo, o deputado federal Gabriel Guimarães e o se-

cretário de estado de planejamento e gestão Helvécio Miranda Magalhães. Este último contemplaria a possibilidade de se escolher um candidato com perfil mais técnico. Foi secretário de saúde e de planejamento na Prefeitura de Belo Horizonte.

Um nome frequentemente lembrado como capaz de mobilizar a militância do partido e com trânsito suficiente na capital para fazer frente ao suposto “antipetismo” poderia ser o deputado federal eleito e atual ministro do desenvolvimento agrário, Patrus Ananias. Seu governo na Prefeitura de Belo Horizonte, entre 1993 e 1996, ainda é celebrado internamente por setores petistas como um período áureo na história da cidade e do próprio Partido dos Trabalhadores. Várias iniciativas implementadas por Patrus em Belo Horizonte se tornaram paradigmáticas para a definição do chamado “modo petista de governar”, que costumava ser apresentado à sociedade nos anos noventa e 2000. Dentro do PT, ele é visto como um político conciliador.

As possibilidades são múltiplas e imprevisíveis as escolhas que serão feitas pelo PT. Só não há dúvida quanto ao fato de que a principal voz a ser ouvida nessa tomada de decisão será a do governador Fernando Pimentel.

## Créditos

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

### Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 05 – Sala 205

30.535-901 - Belo Horizonte – MG

Site: [www.pucminas.br/nesp](http://www.pucminas.br/nesp) | E-mail: [nesp@pucminas.br](mailto:nesp@pucminas.br) | Telefone: 3319-4978

### Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Cássio Ferreira Borges - RENS

Frederico Santana Rick - VEASP

José Zanetti Gonçalves – RENSE

### Conselho Editorial

Adriana Maria Brandão Penzim

Claudemir Francisco Alves

Robson Sávio Reis Souza

### Redator

Claudemir Francisco Alves